

1.1 Indicadores Qualitativos

Dimensão A – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Grupos de Indicadores

A.1 Articulação entre o PDI e o PPI

A.2 Aderência do PDI com a realidade institucional

A.3 Articulação entre o PDI e a Avaliação Institucional

A.1 Articulação entre o PDI e o PPI

Indicadores	Critérios
A.1.1 - Articulação entre o PDI e o PPI nas Políticas de Ensino	<p>5 - Quando há articulação entre o PDI e o PPI em todas as políticas de ensino; ela é traduzida em práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de ação direcionada, assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; todas as políticas para o ensino, enunciadas no PDI e/ou no PPI, estão totalmente implantadas, conforme cronograma.</p> <p>4- Quando há articulação entre o PDI e o PPI na maioria das políticas de ensino; ela é coerente com a maioria das práticas institucionais; resulta e/ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos; as práticas de articulação estão em via de institucionalização e são acessíveis ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas institucionais para o ensino, enunciadas no PDI e/ou no PPI, estão em processo de implantação.</p> <p>3- Quando há articulação entre o PDI e o PPI em algumas políticas de ensino; ela é coerente com algumas práticas institucionais; resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; as práticas de articulação estão em via de institucionalização e algumas das políticas institucionais para o ensino, enunciadas no PDI e no PPI, estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando há articulação entre o PDI e o PPI em algumas políticas de ensino de forma eventual, acidental; quando existe, não decorre de processo intencional/direcionado por políticas previamente formuladas e/ou por ações de gestores, nem resulta de práticas institucionais definidas e divulgadas; reflete muito pouco os objetivos e compromissos institucionais enunciados no PDI e no PPI.</p> <p>1- Quando não há nenhuma articulação entre o PDI e</p>

<p>A.1.2 Articulação entre o PDI e o PPI nas Políticas de Pesquisa</p>	<p>o PPI nas políticas de ensino.</p> <p>5 - Quando há articulação entre o PDI e o PPI em todas as políticas de pesquisa; ela é traduzida em práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de ação direcionada, assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; todas as políticas para a pesquisa, enunciadas no PDI e/ou no PPI, estão totalmente implantadas, conforme cronograma.</p> <p>4- Quando há articulação entre o PDI e o PPI na maioria das políticas de pesquisa; ela é coerente com a maioria das práticas institucionais; resulta e/ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos; as práticas de articulação estão em via de institucionalização e são acessíveis ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas institucionais para a pesquisa, enunciadas no PDI e/ou no PPI, está em processo de implantação.</p> <p>3- Quando há articulação entre o PDI e o PPI em algumas políticas de pesquisa; ela é coerente com algumas práticas institucionais; resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; as práticas de articulação estão em via de institucionalização e algumas das políticas institucionais para a pesquisa, enunciadas no PDI e no PPI, estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando há articulação entre o PDI e o PPI em algumas políticas de pesquisa de forma eventual, acidental; quando existe, não decorre de processo intencional/direcionado por políticas previamente formuladas e/ou por ações de gestores, nem resulta de práticas institucionais definidas e divulgadas; reflete muito pouco os objetivos e compromissos institucionais enunciados no PDI e no PPI.</p> <p>1- Quando não há nenhuma articulação</p>
<p>A.1.3 Articulação entre o PDI e o PPI nas Políticas de Extensão</p>	<p>5 - Quando há articulação entre o PDI e o PPI em todas as políticas de extensão; ela é traduzida em práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de ação direcionada, assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; todas as políticas para a extensão, enunciadas no PDI e/ou no PPI, estão totalmente implantadas, conforme cronograma.</p> <p>4- Quando há articulação entre o PDI e o PPI na maioria das políticas de extensão; ela é coerente com a maioria das práticas institucionais; resulta e/ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos; as práticas de articulação estão em via de institucionalização e são acessíveis ao</p>

conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas institucionais para a extensão, enunciadas no PDI e/ou no PPI, está em processo de implantação.

3- Quando há articulação entre o PDI e o PPI em algumas políticas de extensão; ela é coerente com algumas práticas institucionais; resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; as práticas de articulação estão em via de institucionalização e algumas das políticas institucionais para a extensão, enunciadas no PDI e no PPI, estão em processo de implantação.

2- Quando há articulação entre o PDI e o PPI em algumas políticas de extensão de forma eventual, acidental; quando existe, não decorre de processo intencional/direcionado por políticas previamente formuladas e/ou por ações de gestores, nem resulta de práticas institucionais definidas e divulgadas; reflete muito pouco os objetivos e compromissos institucionais enunciados no PDI e no PPI.

1- Quando não há nenhuma articulação entre o PDI e o PPI nas políticas de extensão.

A.1.4 Articulação entre o PDI e o PPI nas Políticas de Gestão Acadêmica

5 - Quando há articulação entre o PDI e o PPI em todas as políticas de gestão acadêmica; ela é traduzida em práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de ação direcionada, assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; todas as políticas para a gestão acadêmica, enunciadas no PDI e/ou no PPI, estão totalmente implantadas, conforme cronograma.

4- Quando há articulação entre o PDI e o PPI na maioria das políticas de gestão acadêmica; ela é coerente com a maioria das práticas institucionais; resulta e/ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos; as práticas de articulação estão em via de institucionalização e são acessíveis ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas institucionais para a gestão acadêmica, enunciadas no PDI e/ou no PPI, está em processo de implantação.

3- Quando há articulação entre o PDI e o PPI em algumas políticas de gestão acadêmica; ela é coerente com algumas práticas institucionais; resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; as práticas de articulação estão em via de institucionalização e algumas das políticas institucionais para a gestão acadêmica, enunciadas no PDI e no PPI, estão em processo de implantação.

2- Quando há articulação entre o PDI e o PPI em

	<p>algumas políticas de gestão acadêmica de forma eventual, acidental; quando existe, não decorre de processo intencional/direcionado por políticas previamente formuladas e/ou por ações de gestores, nem resulta de práticas institucionais definidas e divulgadas; reflete muito pouco os objetivos e compromissos institucionais enunciados no PDI e no PPI.</p> <p>1- Quando não há nenhuma articulação entre o PDI e o PPI nas políticas de gestão acadêmica.</p>
--	---

A.2 Aderência do PDI com a realidade institucional

Indicadores	Critérios
<p>A.2.1 Coerência das propostas do PDI com a realidade institucional e cumprimento do cronograma</p>	<p>5- Quando a expansão institucional e demais propostas descritas no PDI, tendo como base a série histórica dos últimos 03 anos dos dados acadêmicos e administrativos praticados pela IES, estão coerentes com a realidade institucional, em relação à totalidade dos itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino ▪ Pesquisa (quando for o caso) ▪ Extensão ▪ Avaliação institucional ▪ Gestão <p>4- Quando a expansão institucional e demais propostas descritas no PDI, tendo como base a série histórica dos últimos 03 anos dos dados acadêmicos e administrativos praticados pela IES, estão coerentes com a realidade institucional, em relação à maioria dos itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino ▪ Pesquisa (quando for o caso) ▪ Extensão ▪ Avaliação institucional ▪ Gestão <p>3- Quando a expansão institucional e demais propostas descritas no PDI, tendo como base a série histórica dos últimos 03 anos dos dados acadêmicos e administrativos praticados pela IES, estão razoavelmente coerentes com a realidade institucional, em relação à maioria dos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino ▪ Pesquisa (quando for o caso) ▪ Extensão ▪ Avaliação institucional

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão <p>2- Quando a expansão institucional e demais propostas descritas no PDI, tendo como base a série histórica dos últimos 03 anos dos dados acadêmicos e administrativos praticados pela IES, estão pouco coerentes com a realidade institucional, em relação à maioria dos itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino ▪ Pesquisa (quando for o caso) ▪ Extensão ▪ Avaliação institucional ▪ Gestão <p>1- Quando a expansão institucional e demais propostas descritas no PDI, tendo como base a série histórica dos últimos 03 anos dos dados acadêmicos e administrativos praticados pela IES, estão totalmente incoerentes com a realidade institucional, em relação a todos os itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino ▪ Pesquisa (quando for o caso) ▪ Extensão ▪ Avaliação institucional ▪ Gestão
<p>A.2.2 Utilização do PDI como referência para programas e projetos</p>	<p>5 - Quando o PDI é utilizado como documento de referência para a elaboração de todos os programas e projetos visando a dar cumprimento às políticas institucionais; sua utilização decorre de processo intencional, direcionado por políticas institucionais definidas, divulgadas e de conhecimento da comunidade interna e externa, conferindo identidade à IES.</p> <p>4- Quando o PDI é utilizado como documento de referência para a elaboração da maioria dos programas e projetos visando a dar cumprimento às políticas institucionais; sua utilização decorre de processo intencional, direcionado por políticas institucionais definidas, divulgadas e de conhecimento da comunidade interna.</p> <p>3- Quando o PDI é parcialmente utilizado como documento de referência para a elaboração de alguns programas e projetos visando a dar cumprimento às políticas institucionais; sua utilização decorre, ainda que de forma incipiente, de processo intencional, direcionado por políticas institucionais em processo de implantação.</p> <p>2- Quando o PDI é eventualmente utilizado como documento de referência para a elaboração de alguns programas e projetos visando a dar cumprimento às</p>

	<p>políticas institucionais; sua utilização, quando acontece, não decorre de processo intencional, nem resulta de práticas institucionais definidas e divulgadas.</p> <p>1- Quando o PDI não é utilizado como documento de referência para a elaboração de programas e projetos visando a dar cumprimento às políticas institucionais</p>
--	---

A.3 Articulação entre o PDI e a Avaliação Institucional

Indicadores	Critérios
<p>A.3.1 Articulação entre o PDI e a Auto avaliação</p>	<p>- Quando os resultados da auto avaliação são sempre utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI; sua utilização decorre de processo intencional, direcionado por políticas institucionais definidas, divulgadas e de conhecimento da comunidade interna e externa, conferindo identidade à IES.</p> <p>4- Quando os resultados da auto avaliação são, na maioria das vezes, utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI; sua utilização decorre de processo intencional, direcionado por políticas institucionais definidas, divulgadas e de conhecimento da comunidade interna.</p> <p>3- Quando os resultados da auto avaliação são parcialmente utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI; sua utilização decorre, ainda que de forma incipiente, de processo intencional, direcionado por políticas institucionais em processo de implantação.</p> <p>2- Quando os resultados da auto avaliação são eventualmente utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI; sua utilização, quando acontece, não decorre de processo intencional, nem resulta de práticas institucionais definidas e divulgadas.</p> <p>1- Quando os resultados da auto avaliação não são utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI.</p>
<p>A.3.2 Articulação entre o PDI e as Avaliações Externas</p>	<p>5 - Quando os resultados das avaliações externas (oficiais ou não) são sempre utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI; sua utilização decorre de processo intencional, direcionado por políticas institucionais definidas, divulgadas e de conhecimento da comunidade interna e externa, conferindo identidade à IES.</p>

	<p>4- Quando os resultados das avaliações externas (oficiais ou não) são, na maioria das vezes, utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI; sua utilização decorre de processo intencional, direcionado por políticas institucionais definidas, divulgadas e de conhecimento da comunidade interna.</p> <p>3- Quando os resultados das avaliações externas (oficiais ou não) são parcialmente utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI; sua utilização decorre, ainda que de forma incipiente, de processo intencional, direcionado por políticas institucionais em processo de implantação.</p> <p>2- Quando os resultados das avaliações externas (oficiais ou não) são eventualmente utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI; sua utilização, quando acontece, não decorre de processo intencional, nem resulta de práticas institucionais definidas e divulgadas.</p> <p>1- Quando os resultados das avaliações externas (oficiais ou não) não são utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI.</p>
--	---

Dimensão B – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

Grupos de Indicadores
B.1 - Projeto Pedagógico Institucional (PPI): graduação (presencial e a distância)
B.2 - Projeto Pedagógico Institucional (PPI): especialização e educação continuada (presencial e à distância)
B.3 - Projeto Pedagógico Institucional (PPI): programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (presencial e a distância)
B.4 - Projeto Pedagógico Institucional (PPI): pesquisa
B.5 - Projeto Pedagógico Institucional (PPI): extensão

B.1 - Projeto Pedagógico Institucional (PPI): graduação (presencial e a distância)

Indicadores	Critérios
B.1.1 Políticas Institucionais para a graduação, graduação tecnológica (quando for o caso), cursos sequenciais (quando for o caso) e formas de sua operacionalização	5- Quando todas as práticas implementadas na graduação, graduação tecnológica (quando for o caso), cursos sequenciais (quando for o caso), nas modalidades presencial e a distância, são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais

da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as políticas para o ensino estão implantadas.

4- Quando a maioria das práticas implementadas na graduação, graduação tecnológica (quando for o caso), cursos sequenciais (quando for o caso), nas modalidades presencial e a distância, é coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas para o ensino está implantada.

3- Quando algumas das práticas implementadas na graduação, graduação tecnológica (quando for o caso), cursos sequenciais (quando for o caso), nas modalidades presencial e a distância, são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; algumas das políticas para o ensino estão em processo de implantação.

2- Quando as práticas implementadas na graduação, graduação tecnológica (quando for o caso), cursos sequenciais (quando for o caso), nas modalidades presencial e a distância, são pouco coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta é pouco frequente, eventual e inconstante.

1- Quando as práticas implementadas na graduação, graduação tecnológica (quando for o caso), cursos sequenciais (quando for o caso), nas modalidades presencial e a distância, são totalmente incoerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.).

B.1.2 Articulação entre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC)

5 -Quando há articulação entre o PPI e todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos; ela é traduzida em práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de ação direcionada, assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; as políticas para o ensino, enunciadas no PPI, estão presentes em todos os PPC.

4- Quando há articulação entre o PPI e a maioria dos Projetos Pedagógicos de Cursos; ela é coerente com a maioria das práticas institucionais; resulta e/ou expressa, uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos; as práticas de articulação estão em via de institucionalização e são acessíveis ao conhecimento da comunidade interna; as políticas institucionais para o ensino, enunciadas no PPI,

	<p>estão presentes na maioria dos PPC.</p> <p>3- Quando há articulação entre o PPI e alguns Projetos Pedagógicos de Cursos; ela é coerente com algumas práticas institucionais; resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; as práticas de articulação estão em via de institucionalização e as políticas institucionais para o ensino, enunciadas no PPI, estão presentes em alguns PPC.</p> <p>2- Quando há articulação entre o PPI e Projetos Pedagógicos de Cursos de forma eventual, acidental; quando existe, não decorre de processo intencional.</p> <p>1- Quando não há nenhuma articulação entre o PPI e o os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC).</p>
--	--

B.2 - Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Ensino de especialização e educação continuada

Indicadores	Critérios
<p>B.2.1 Políticas Institucionais para a Pós-Graduação <i>lato sensu</i> e formas de sua operacionalização</p>	<p>5- Quando todas as práticas implementadas na pós-graduação <i>lato sensu</i> são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as políticas para o ensino estão implantadas.</p> <p>4- Quando a maioria das práticas implementadas na pós-graduação <i>lato sensu</i> é coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas para o ensino de pós-graduação <i>lato sensu</i> está implantada.</p> <p>3- Quando algumas das práticas implementadas na pós-graduação <i>lato sensu</i> são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna; algumas das políticas para o ensino de pós-graduação <i>lato sensu</i> estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando as práticas implementadas na pós-graduação <i>lato sensu</i> são pouco coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta é pouco frequente, eventual, inconstante.</p>

	<p>1- Quando as práticas implementadas na pós-graduação <i>lato sensu</i> são totalmente incoerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.).</p>
<p>B.2.2 Vinculação da especialização com a formação e com as demandas regionais</p>	<p>5 - Quando há uma completa vinculação entre a especialização e a formação e com as demandas regionais; há indicativos claros de ação direcionada, assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; todas as práticas de articulação estão institucionalizadas.</p> <p>4- Quando há uma boa vinculação entre a especialização e a formação e com as demandas regionais; resulta e/ou expressa, uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos; a maioria das práticas de articulação está institucionalizada e são acessíveis ao conhecimento da comunidade interna.</p> <p>3- Quando há alguma vinculação entre a especialização e a formação e com as demandas regionais; ela é coerente com algumas práticas institucionais; resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; algumas das práticas de articulação estão em via de institucionalização.</p> <p>2- Quando há pouca vinculação entre a especialização e a formação e com as demandas regionais, e acontece de forma eventual e acidental.</p> <p>1- Quando não há nenhuma vinculação entre a especialização e a formação e com as demandas regionais</p>

B.3 - Projeto Pedagógico Institucional (PPI): programas de pós-graduação *stricto sensu* (presencial e a distância)

Indicadores	Critérios
<p>B.3.1. Políticas Institucionais para a pós-graduação <i>stricto sensu</i> e formas de sua operacionalização</p>	<p>5- Quando estão em funcionamento mais do que 5 (cinco) programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, sendo, no mínimo, um programa de doutorado, todos com avaliação positiva da CAPES/MEC.</p> <p>4 – Quando estão em funcionamento pelo menos 05 (cinco) programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, sendo, no mínimo, um programa de doutorado, todos com avaliação positiva da CAPES/MEC.</p> <p>3 - Quando estão em funcionamento pelo menos 04 (quatro) programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, sendo, no mínimo, um programa de doutorado, todos com avaliação positiva da CAPES/MEC.</p>

	<p>2 - Quando estão em funcionamento pelo menos 02 (dois) programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, com avaliação positiva da CAPES/MEC.</p> <p>1 – Quando não existem programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, ou está em funcionamento 01 (um) programa de mestrado, com avaliação positiva da CAPES/MEC.</p>
<p>B.3.2 Atuação e recursos do órgão coordenador das atividades e políticas de pós-graduação <i>stricto sensu</i></p>	<p>5 - Quando existem órgãos responsáveis pela coordenação das atividades e das políticas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, funcionando adequadamente, de modo a assegurar a oferta da infraestrutura física e logística para o desenvolvimento dos programas e condições de sustentação das suas atividades, a exemplo da concessão de bolsas de estudos, da manutenção de laboratórios e do suprimento de materiais permanentes e de consumo; existem programas de bolsa de fomento à formação acadêmico-científica devidamente regulamentados e com atuação permanente e consolidada; todas as suas políticas institucionais estão implantadas e são visíveis para a comunidade interna e externa.</p> <p>4- Quando existem órgãos responsáveis pela coordenação das atividades e das políticas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, funcionando de forma adequada e com a maioria de suas práticas institucionalizada; há conexão com atores acadêmicos e vínculo com o entorno; a maioria de suas políticas institucionais está implantada.</p> <p>3- Quando existem órgãos responsáveis pela coordenação das atividades e das políticas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, mas seu funcionamento é apenas razoável e suas práticas estão em via de institucionalização; algumas de suas políticas institucionais estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando existem órgãos responsáveis pela coordenação das atividades e das políticas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, mas seu funcionamento é precário, pouco adequado ou pouco pertinente com práticas institucionais.</p> <p>1- Quando não existem órgãos responsáveis pela coordenação das atividades e das políticas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>.</p>

B.4 - Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Pesquisa

Indicadores	Critérios
B.4.1 Políticas Institucionais de práticas de investigação, iniciação científica, de Pesquisa e formas de sua operacionalização	<p>5- Quando todas as atividades de prática de investigação, de iniciação científica e de pesquisa são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as políticas para a pesquisa e a iniciação científica estão implantadas, o que pode ser constatado por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Definição dos eixos/linhas de pesquisa, de acordo com as exigências legais;▪ Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e sua produção;▪ Mecanismos implementados de estímulo à produção científica e tecnológica no âmbito da IES, possibilitando sua difusão junto à comunidade científica local, nacional ou internacional;▪ Mecanismos implementados para a promoção do intercâmbio científico/tecnológico de docentes e discentes da IES com outras instituições de ensino e de pesquisa reconhecidas nacionalmente e/ou internacionalmente;▪ Mecanismos de difusão da produção científica/tecnológica da IES, por meio de sua publicação e/ou exposição em congressos, conferências e eventos similares reconhecidos pela comunidade acadêmico-científica;▪ Participação dos professores nas Associações Científicas, Culturais e Artísticas;▪ Articulação sistemática com o Ensino e a Extensão; formas de sua operacionalização. <p>4- Quando a maioria das atividades de prática de investigação, de iniciação científica e de pesquisa é coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas para a pesquisa e a iniciação científica está implantada.</p> <p>3- Quando algumas das atividades de prática de investigação, de iniciação científica e de pesquisa são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna; algumas das</p>

	<p>políticas para a pesquisa e a iniciação científica estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando as atividades de prática de investigação, de iniciação científica e de pesquisa são pouco coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta é pouco frequente, eventual e inconstante.</p> <p>1- Quando as atividades de prática de investigação, de iniciação científica e de pesquisa não existem ou são totalmente incoerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.).</p>
<p>B.4.2 Participação dos corpos docente e discente (envolvimento e recursos)</p>	<p>5- Quando todos os docentes e discentes, membros das equipes responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos de prática de investigação, de iniciação científica e de pesquisa, participam regularmente das atividades previstas nos respectivos projetos; sua participação expressa uma diretriz clara e definida para a ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa, suas práticas estão institucionalizadas e difundidas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, o que pode ser constatado por meio de:</p> <p>- Quando estão claramente explicitadas as formas de envolvimento e participação do corpo docente nos diversos Programas e Projetos de pesquisa e iniciação científica:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Atribuição de carga horária pela IES; ▪ Apresentação de produção científica; ▪ Apresentação de resultados em eventos científicos; ▪ Captação de recursos para viabilizar a execução dos Projetos; apresentação de Projetos de acordo com o calendário das agências de fomento e da IES. <p>- Quando estão claramente explicitadas as formas de envolvimento e participação do corpo discente nos diversos Programas e Projetos de pesquisa e iniciação científica:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Políticas de bolsas destinadas por órgãos de fomento ou pela IES; ▪ Participação voluntária de alunos com estímulos institucionais; ▪ Participação em Programas oficiais como PET e PIBIC, quando for o caso; apresentação de resultados em eventos da comunidade científica. Quando estão explicitadas as fontes do fomento destinado à

	<p>pesquisa e à iniciação científica e a descrição das formas de obtê-lo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Agências de fomento de natureza pública ou privada, por meio de apresentação dos projetos, conforme calendários próprios; ▪ Recursos da entidade mantenedora, por meio de rubrica específica; ▪ Outras fontes de fomento oriundas de entidades de natureza diversa; projetos submetidos às agências de fomento. <p>4- Quando a maioria dos docentes e discentes, membros das equipes responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos de prática de investigação, de iniciação científica e de pesquisa, participa regularmente das atividades previstas nos respectivos projetos; sua participação expressa uma diretriz clara e definida para a ação; é de conhecimento da comunidade interna.</p> <p>3- Quando alguns dos docentes e discentes, membros das equipes responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos de prática de investigação, de iniciação científica e de pesquisa, participam regularmente das atividades previstas nos respectivos projetos; sua participação expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação e suas práticas estão em via de institucionalização.</p> <p>2- Quando a participação dos docentes e discentes nas atividades de prática de investigação, de iniciação científica e de pesquisa é eventual ou acidental.</p> <p>1- Quando não há participação de docentes e discentes nas atividades de prática de investigação, de iniciação científica e de pesquisa.</p>
--	---

B.5 - Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Extensão

Indicadores	Critérios
<p>B.5.1 Políticas Institucionais de Extensão e formas de sua operacionalização</p>	<p>5- Quando todas as atividades de extensão são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as políticas para a extensão estão implantadas, o que pode ser constatado por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quando existem na IES políticas implementadas que explicitem claramente sua concepção de extensão, coerentes com as políticas constantes nos documentos oficiais da IES, o que pode ser

	<p>constatado por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mecanismos implementados de estímulo à realização de programas, projetos, cursos, prestação de serviços, eventos produção e publicação organizados, prioritariamente, nas áreas temáticas da Comunicação, da Cultura, da Educação, da Saúde, dos Direitos Humanos, do Meio Ambiente e da Tecnologia e Trabalho; ▪ Mecanismos que permitam verificar se as ações de extensão nas diferentes áreas temáticas estão alcançando o impacto proporcional ao apoio da instituição; ▪ Integração das atividades de extensão com as do ensino e da pesquisa; formas de divulgação das ações de extensão para que delas participem a comunidade acadêmica da IES e a comunidade onde está inserida. <p>4- Quando a maioria das atividades de extensão é coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação; é acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas para a extensão está implantada.</p> <p>3- Quando algumas das atividades de extensão são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é acessível ao conhecimento da comunidade interna; algumas das políticas para a extensão estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando as atividades de extensão são pouco coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta é pouco frequente, eventual e inconstante.</p> <p>1- Quando as atividades de extensão são inexistentes ou totalmente incoerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.).</p>
<p>B.5.2 Vinculação das atividades de extensão com a formação e sua relevância com o entorno</p>	<p>5 - Quando há uma completa vinculação das atividades de extensão com a formação e sua relevância com o entorno; há indicativos claros de ação direcionada, assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; todas as práticas de articulação estão institucionalizadas, o que pode ser constatado por meio de:</p>

- Participação dos alunos de graduação e dos docentes, incluindo os pesquisadores, nas atividades de extensão;
- Vinculação dos cursos de graduação e de pós-graduação, bem como da pesquisa, com o setor da produção para estabelecer a troca e a disseminação dos conhecimentos;
- Mecanismos mediante os quais estudantes e docentes prestam serviços com o objetivo de simular vivências profissionais e transmitir conhecimentos aos setores a comunidade;
- Aproveitamento da infraestrutura de laboratórios e de pessoal (docentes, discentes e técnicos) que possibilite a sua utilização em serviços a terceiros;
- Desenvolvimento de pesquisas visando aportar conhecimentos científicos e tecnológicos a problemas (sociais, de saúde, de natureza tecnológica, entre outros) levantados nas atividades de extensão.

4- Quando há uma boa vinculação das atividades de extensão com a formação e sua relevância com o entorno; resulta e/ou expressa, uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos; a maioria das práticas de articulação está institucionalizada e são acessíveis ao conhecimento da comunidade interna.

3- Quando há alguma vinculação das atividades de extensão com a formação e sua relevância com o entorno; ela é coerente com algumas práticas institucionais; resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; algumas das práticas de articulação estão em via de institucionalização.

2- Quando há pouca vinculação das atividades de extensão com a formação e sua relevância com o entorno, porém ocorre de forma eventual ou acidental.

1- Quando não há nenhuma vinculação das atividades de extensão com a formação e sua relevância com o entorno.

DIMENSÃO C - A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural

Grupos de Indicadores

C.1 - Nas políticas institucionais

C.2 - Nas atividades de ensino, pesquisa e extensão

C.1. Nas políticas institucionais

Indicadores	Crítérios
C.1.1 Compromisso da IES com os programas de inclusão social, ação afirmativa e inclusão digital	<p>5- Quando todas as políticas implementadas que estabeleçam o compromisso da IES com a responsabilidade social no desenvolvimento das suas atividades são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as políticas para a responsabilidade social estão implantadas, o que pode ser constatado por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Organização e desenvolvimento de projetos voltados para portadores de necessidades especiais;▪ Organização e desenvolvimento de projetos voltados para promover a inclusão digital;▪ Responsabilidade quanto à qualidade da formação dos seus alunos e dos serviços prestados;▪ Promoção de valores éticos; estabelecimento de parcerias com ONGs e instituições públicas. <p>4- Quando a maioria das políticas implementadas que estabeleçam o compromisso da IES com a responsabilidade social no desenvolvimento das suas atividades é coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas para a responsabilidade social está implantada.</p> <p>3- Quando algumas das políticas implementadas que estabeleçam o compromisso da IES com a responsabilidade social no desenvolvimento das suas atividades são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é de conhecimento da comunidade interna; algumas das políticas para a responsabilidade social estão em processo de implantação.</p>

2- Quando as políticas implementadas que estabeleçam o compromisso da IES com a responsabilidade social no desenvolvimento das suas atividades são pouco coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta é pouco frequente, eventual e inconstante.

1- Quando não existem na IES políticas implementadas que estabeleçam seu compromisso com a responsabilidade social no desenvolvimento das suas atividades, ou quando existem e são totalmente incoerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.).

C.1.2 Relações com o setor público, produtivo e mercado de trabalho

5- Quando todas as relações com o setor público, produtivo e mercado de trabalho são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as políticas de implementação das relações com o setor público, produtivo e mercado de trabalho estão implantadas, o que pode ser constatado por meio de:

- Quando existem ações que estimulam as relações com os setores público e privado, articuladas (em todos os níveis) com as demandas do setor produtivo e de instituições sociais, culturais e educativas, por meio de convênios de cooperação que facilitem o aporte de conhecimentos aplicados à problemática regional, visando contribuir para o desenvolvimento econômico e social.

4- Quando a maioria das relações com o setor público, produtivo e mercado de trabalho é coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas de implementação das relações com o setor público, produtivo e mercado de trabalho está implantada.

3- Quando algumas das relações com o setor público, produtivo e mercado de trabalho são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é de conhecimento da comunidade interna; algumas das políticas de implementação das relações com o setor público, produtivo e mercado de trabalho estão em processo de implantação.

	<p>2- Quando as relações com o setor público, produtivo e mercado de trabalho são pouco coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta é pouco frequente, eventual e inconstante.</p> <p>1- Quando não existem na IES relações com o setor público, produtivo e mercado de trabalho, ou quando existem e são totalmente incoerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.).</p>
--	--

C.2 Nas atividades de ensino, pesquisa e extensão

Indicadores	Critérios
<p>C.2.1 Responsabilidade Social no Ensino</p>	<p>5- Quando todas as atividades de responsabilidade social no ensino são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as políticas de implementação das atividades de responsabilidade social no ensino estão implantadas, o que pode ser constatado por meio de:</p> <p>- Quando o tema responsabilidade social está incorporado nas diferentes atividades do ensino, o que pode ser constatado por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Componentes curriculares específicos; ▪ Seminários e encontros versando sobre o tema; ▪ Nivelamento educacional mantidos pela instituição, com a participação de estudantes e supervisão docente, prioritariamente a estudantes egressos do ensino médio público, especialmente afrodescendentes e indígenas. ▪ Cursos de capacitação de docentes, entre outros. <p>4- Quando a maioria das atividades de responsabilidade social no ensino é coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas de implementação das atividades de responsabilidade social no ensino está implantada.</p> <p>3- Quando algumas das atividades de responsabilidade social no ensino são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta</p>

	<p>resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é de conhecimento da comunidade interna; algumas das políticas de implementação das atividades de responsabilidade social no ensino estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando as atividades de responsabilidade social no ensino são pouco coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta é pouco frequente, eventual e inconstante.</p> <p>1- Quando não existem na IES atividades de responsabilidade social no ensino, ou quando existem e são totalmente incoerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.).</p>
<p>C.2.2 Responsabilidade Social na Pesquisa</p>	<p>5- Quando todas as atividades de responsabilidade social na pesquisa são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as políticas de implementação das atividades de responsabilidade social na pesquisa estão implantadas, o que pode ser constatado por meio de:</p> <p>- Quando o tema responsabilidade social está incorporado nas diferentes atividades da pesquisa, o que pode ser constatado por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Seminários e encontros versando sobre o tema; projetos de Pesquisa e/ou de Iniciação Científica. <p>4- Quando a maioria das atividades de responsabilidade social na pesquisa é coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas de implementação das atividades de responsabilidade social na pesquisa está implantada.</p> <p>3- Quando algumas das atividades de responsabilidade social na pesquisa são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é de conhecimento da comunidade interna; algumas das políticas de implementação das atividades de responsabilidade social na pesquisa estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando as atividades de responsabilidade social</p>

	<p>na pesquisa são pouco coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta é pouco frequente, eventual e inconstante.</p> <p>1- Quando não existem na IES atividades de responsabilidade social na pesquisa, ou quando existem e são totalmente incoerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.).</p>
<p>C.2.3 Responsabilidade Social na Extensão</p>	<p>5- Quando todas as atividades de responsabilidade social na extensão são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as políticas de implementação das atividades de responsabilidade social na extensão estão implantadas, o que pode ser constatado por meio de:</p> <p>- Quando a IES desenvolve atividades de extensão sobre temas relevantes que tenham impacto de melhoria na sociedade quanto à:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Inclusão digital; ▪ Desenvolvimento econômico e social; ▪ Defesa do meio ambiente; ▪ Memória cultural; produção artística e patrimônio cultural. <p>4- Quando a maioria das atividades de responsabilidade social na extensão é coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas de implementação das atividades de responsabilidade social na extensão está implantada.</p> <p>3- Quando algumas das atividades de responsabilidade social na extensão são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna; algumas das políticas de implementação das atividades de responsabilidade social na extensão estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando as atividades de responsabilidade social na extensão são pouco coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta é pouco frequente, eventual e inconstante.</p>

1- Quando não existem na IES atividades de responsabilidade social na extensão, ou quando existem e são totalmente incoerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.).

Dimensão D – A comunicação com a sociedade

Grupos de Indicadores

D.1 Comunicação Interna

D.2 Comunicação Externa

D.1 Comunicação Interna

Indicadores	Critérios
D.1.1 Canais de comunicação e sistemas de informações	<p>5 - Quando existem canais de comunicação e sistemas de informação em excelente funcionamento; práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa, conferindo identidade à IES, o que pode ser constatado por:</p> <ul style="list-style-type: none">- Mecanismos definidos para a coleta, sistematização e divulgação da informação;- Mecanismos de garantia e precisão na divulgação da informação e sua periodicidade (Portal, jornal, mural, intranet, entre outros);- Utilização de serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação, como intranet e internet, como mecanismos para garantir que a informação favoreça a articulação entre as distintas áreas da instituição e colaborem com a tomada de decisões, bem como as funções de acompanhamento e controle;- Consistência e exequibilidade dos mecanismos de comunicação com a comunidade interna, favorecendo a socialização de informações sobre as atividades realizadas de modo a qualificar a participação coletiva nas mesmas. <p>4- Quando existem canais de comunicação e sistemas de informação em bom funcionamento; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade interna; denota práticas institucionalizadas e difundidas.</p> <p>3- Quando existem canais de comunicação e</p>

	<p>sistemas de informação funcionando de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade interna.</p> <p>2- Quando existem canais de comunicação e sistemas de informação, porém com funcionamento eventual ou acidental; pouco frequentes; inconstantes; baixa conexão com atores acadêmicos e com o entorno.</p> <p>1- Quando não existem canais de comunicação e sistemas de informação, ou quando são pouco perceptíveis, insuficientes ou encontram-se em situação fragmentada.</p>
<p>D.1.2. Ouvidoria</p>	<p>5 - Quando existem serviços de ouvidoria em excelente funcionamento; práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa.</p> <p>4- Quando existem serviços de ouvidoria em bom funcionamento; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade interna; denota práticas institucionalizadas e difundidas.</p> <p>3- Quando existem serviços de ouvidoria funcionando de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade interna; as práticas encontram-se em via de institucionalização.</p> <p>2- Quando existem serviços de ouvidoria com funcionamento eventual ou acidental; pouco frequentes; inconstantes; baixa conexão com atores acadêmicos e com o entorno.</p> <p>1- Quando não existem serviços de ouvidoria</p>

D.2 Comunicação Externa

Indicadores	Critérios
<p>D.2.1 Canais de comunicação e sistemas de informações</p>	<p>5 - Quando existem canais de comunicação e sistemas de informação para a comunicação externa em excelente funcionamento; práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa, o que pode ser constatado por:</p>

- Consistência e exequibilidade das propostas de comunicação com a sociedade, permitindo à instituição dialogar com seu entorno a fim de identificar demandas, bem como formas de apoio acadêmico e institucional à sua resolução;
- Captação da imagem pública da IES com vistas a (re)alimentar processos de diagnóstico e planejamento que fortaleçam/reorientem sua missão;
- Utilização de meios de comunicação fidedignos e eficazes que democratizem e facilitem o acesso às informações, trabalhos e atividades realizadas na IES.
- Divulgação pública de critérios de seleção e admissão de estudantes.

4- Quando existem canais de comunicação e sistemas de informação para a comunicação externa em bom funcionamento; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade externa; denota práticas institucionalizadas e difundidas.

3- Quando existem canais de comunicação e sistemas de informação para a comunicação externa funcionando de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade externa; as práticas encontram-se em via de institucionalização.

2- Quando existem canais de comunicação e sistemas de informação para a comunicação externa com funcionamento eventual ou acidental; pouco frequentes; inconstantes; baixa conexão com atores acadêmicos e com o entorno.

1- Quando não existem canais de comunicação e sistemas de informação para a comunicação externa.

D.2.2 Imagem pública da IES

5 - Quando a IES consegue transmitir para a comunidade externa sua imagem pública, de forma permanente, de alcance abrangente, utilizando as mais diversas mídias e resulta ou expressa uma diretriz de ação.

4- Quando a IES consegue transmitir para a comunidade externa sua imagem pública, de forma constante; resulta ou expressa uma diretriz de ação.

3- Quando a IES consegue transmitir para a comunidade externa sua imagem pública, de forma razoável; resulta ou expressa uma diretriz de ação, porém de forma incipiente.

2- Quando a IES consegue transmitir para a

comunidade externa sua imagem pública, porém de forma eventual ou acidental; pouco frequente; inconstante.

1- Quando a IES não consegue transmitir para a comunidade externa sua imagem pública.

Dimensão E - As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho

Grupos de Indicadores

E.1 Perfil docente

E.2 Condições Institucionais para os docentes

E.3 Corpo técnico-administrativo e suas condições institucionais

E.1 – Perfil Docente

Docente da Instituição

Para efeito de avaliação, considera-se docente o profissional regularmente contratado pela instituição e que, no momento da visita de avaliação, encontra-se em uma das seguintes situações:

- 1) está em exercício e ministra, ou ministrou, disciplinas em qualquer um dos cursos, no semestre de avaliação ou no semestre imediatamente anterior;
- 2) está exercendo funções na administração acadêmica, mesmo que não tenha ministrado disciplina no período acima definido;
- 3) está exercendo funções na direção ou coordenação dos cursos, mesmo que não tenha ministrado disciplina no período acima definido;
- 4) está afastado integralmente para capacitação e tenha ministrado disciplinas ou exercido função de administração acadêmica, de direção ou coordenação de curso, no semestre ou ano letivo imediatamente anterior ao início do seu afastamento.

Indicadores

Critérios

E.1.1 Titulação

O cálculo do conceito do indicador “Titulação” será feito em dois passos:

1) Fórmula de cálculo do parâmetro **MT (média da titulação)** para a titulação do corpo docente:

$$MT = \frac{P_E \times N_E + P_M \times N_M + P_D \times N_D}{\sum \text{docentes}}$$

Onde:

- **PE** é o peso da especialização: 10;
- **NE** é o número de docentes com especialização;
- **PM** é o peso do mestrado: 30;
- **NM** é o número de docentes com mestrado;
- **PD** é o peso do doutorado: 60;
- **ND** é o número de docentes com doutorado;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ \sum docentes é o total de docentes da instituição (graduados + especialistas + mestres + doutores).
E.1.2 Publicações e produções	$N = \frac{(P_A \times n_A + P_L \times n_L + P_T \times n_T + P_R \times n_R + P_{Pi} \times n_{Pi} + P_{PT} \times n_{PT} + P_{DP} \times n_{DP})}{(P_A + P_L + P_T + P_R + P_{Pi} + P_{PT} + P_{DP}) \times D}$ <p>N é o parâmetro intermediário para o cálculo dos conceitos do indicador “Publicações e produções”;</p> <p>PA é o peso atribuído aos artigos publicados em periódicos científicos indexados – 30;</p> <p>na é o número de artigos publicados em periódicos científicos indexados, pelo corpo docente da instituição, nos últimos três anos;</p> <p>PL é o peso atribuído aos livros ou capítulos de livros publicados – 20;</p> <p>nl é o número de livros ou capítulos de livros publicados, pelo corpo docente da instituição, nos últimos três anos;</p> <p>PT é o peso atribuído aos trabalhos publicados em anais – 10;</p> <p>nt é o número de trabalhos completos publicados em anais, pelo corpo docente da instituição, nos últimos três anos;</p> <p>PR é o peso atribuído aos resumos publicados em anais – 05;</p> <p>nr é o número de resumos publicados em anais, pelo corpo docente da instituição, nos últimos três anos;</p> <p>PPI é o peso atribuído às propriedades intelectuais depositadas ou registradas, do corpo docente da instituição, nos últimos três anos – 15;</p> <p>npi é o número de propriedades intelectuais depositadas ou registradas, do corpo docente da instituição, nos últimos três anos;</p> <p>PPT é o peso atribuído aos projetos e/ou produções artísticas, técnicas, culturais e científicos, do corpo docente da instituição, nos últimos três anos – 10;</p> <p>npt é o número de projetos e/ou produções artísticas, técnicas, culturais e científicos, do corpo docente da instituição nos últimos três anos;</p> <p>PDP é o peso atribuído às produções didático-pedagógicas relevantes, do corpo docente da instituição, nos últimos três anos – 10;</p> <p>ndp é o número de produções didático-pedagógicas relevantes, do corpo docente da instituição, nos últimos três anos;</p> <p>D é o número total de docentes da instituição.</p>

E.2 Condições Institucionais para os Docentes

Indicadores	Critérios
E.2.1. Regime de trabalho	<p>Para efeito de avaliação considera-se:</p> <p>Docentes em tempo integral – docentes contratados com 40 horas semanais de trabalho (ou outra carga horária determinada pelo acordo coletivo de trabalho) na mesma instituição, nelas reservado o tempo mínimo de 20 horas semanais destinadas a estudos, pesquisa, trabalho de extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de alunos.</p> <p>Docentes em tempo parcial – docentes contratados com 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma instituição, nelas reservado o tempo mínimo de 25% para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos.</p>

	<p>Docentes horistas – docentes contratados pela instituição exclusivamente para ministrar horas-aula, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadrem nos outros regimes de trabalho acima definidos.</p>
<p>E.2.2. Plano de Carreira</p>	<p>5 - Quando existe Plano de Carreira com excelente implementação; práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; definido e regulamentado por dispositivos legais e institucionais e efetivamente implantado há pelo menos um ano, contemplando:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Critérios de admissão na instituição, claramente definidos, regulamentados e efetivamente aplicados; ▪ Critérios de progressão na carreira, claramente definidos, regulamentados e efetivamente aplicados; formas de sua operacionalização. <p>4- Quando existe Plano de Carreira com boa implementação; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos; é de conhecimento da comunidade interna; denota práticas institucionalizadas e difundidas.</p> <p>3- Quando existe Plano de Carreira com implementação de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade interna; as práticas encontram-se em via de institucionalização.</p> <p>2- Quando existe Plano de Carreira com implementação eventual ou acidental; não decorre de processo intencional e direcionado por políticas previamente formuladas e/ou ações de gestores, nem resulta de práticas institucionais definidas e divulgadas; pouco frequente e inconstante.</p> <p>1- Quando não existe Plano de Carreira.</p>
<p>E.2.3 Políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente e formas de sua operacionalização</p>	<p>5 - Quando existem políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente em excelente funcionamento; práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; voltadas para apoiar a qualificação e o acompanhamento dos professores,</p>

	<p>regulamentadas e efetivamente praticadas nos últimos três anos, contemplando:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Critérios para a concessão de incentivos destinados a apoiar professores para cursar pós-graduação, definidos em consonância com o planejamento orçamentário; ▪ Critérios definidos para participação em cursos de formação continuada; ▪ Critérios definidos para participação em estágios e intercâmbios; ▪ A vinculação da área de capacitação com os interesses institucionais; ▪ A promoção de cursos e seminários voltados para a formação pedagógica; ▪ Auxílios ao docente no desempenho de suas atividades didático-pedagógicas; ▪ Assessoramento aos coordenadores e professores, no acompanhamento contínuo e sistemático da elaboração e execução dos programas de aprendizagem; formas de sua operacionalização. <p>4- Quando existem políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente em bom funcionamento; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade interna; denota práticas institucionalizadas e difundidas.</p> <p>3- Quando existem políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente com implementação de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade interna; as práticas encontram-se em via de institucionalização.</p> <p>2- Quando existem políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente com implementação eventual ou acidental; não decorre de processo intencional ou direcionado por políticas previamente formuladas e/ou ações de gestores, nem resulta de práticas institucionais definidas e divulgadas.</p> <p>1- Quando não existem políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente.</p>
--	--

E.3 - Corpo técnico-administrativo e suas condições institucionais

Indicadores	Critérios
E.3.1 Perfil técnico-administrativo	5- Quando o perfil da totalidade dos membros do corpo técnico-administrativo é coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES

(PDI, PPI, PPC, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as políticas de adequação do perfil do corpo técnico-administrativo às atividades da IES estão implantadas; existe na IES uma compatibilização entre a formação profissional, a experiência profissional acumulada e as funções exercidas pelos membros do corpo técnico-administrativo.

4- Quando o perfil da maioria dos membros do corpo técnico-administrativo é coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas de adequação do perfil do corpo técnico-administrativo às atividades da IES está implantada.

3- Quando o perfil de alguns dos membros do corpo técnico-administrativo é coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; algumas das políticas de adequação do perfil do corpo técnico-administrativo às atividades da IES estão em processo de implantação.

2- Quando o perfil do corpo técnico-administrativo da IES é pouco coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há coerência, esta é pouco frequente, eventual e inconstante.

1- Quando o perfil do corpo técnico-administrativo da IES é totalmente incoerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).

5.3.2 Plano de carreira e capacitação do corpo técnico-administrativo

5 -Quando existe Plano de carreira e capacitação do corpo técnico-administrativo com excelente implementação; práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; definido e regulamentado por dispositivos legais e institucionais e efetivamente implantado há pelo menos um ano, contemplando:

- Critérios de admissão na instituição, claramente definidos, regulamentados e efetivamente aplicados;
- Critérios de progressão na carreira, claramente definidos, regulamentados e efetivamente aplicados;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programas de incentivos destinados a apoiar funcionários técnico-administrativos para cursos de graduação e pós-graduação, cujos critérios estejam em consonância com o planejamento orçamentário; ▪ Critérios definidos para participação em cursos de formação continuada; ▪ Existência de projetos voltados para a capacitação dos diferentes segmentos dos funcionários; periodicidade da formação continuada. <p>4- Quando existe Plano de carreira e capacitação do corpo técnico-administrativo com boa implementação; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade interna.</p> <p>3- Quando existe Plano de carreira e capacitação do corpo técnico-administrativo com implementação de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é acessível à comunidade interna.</p> <p>2- Quando existe Plano de carreira e capacitação do corpo técnico-administrativo com implementação eventual ou acidental.</p> <p>1- Quando não existe Plano de carreira e capacitação do corpo técnico-administrativo</p>
--	---

Dimensão F - Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios

Grupos de Indicadores

F.1 Administração Institucional

F.2 Estrutura dos Órgãos Colegiados

F.1 Administração Institucional

Indicadores	Critérios
F.1.1. Gestão institucional	5- Quando a gestão institucional é totalmente coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as políticas de implementação das atividades de gestão institucional estão implantadas; a estrutura organizacional proposta nos documentos oficiais da IES (estatuto, regimento, organograma,

regulamentos internos, normas acadêmicas, entre outros) está totalmente implantada e em excelente funcionamento.

4- Quando a gestão institucional é coerente com a maioria das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas de implementação das atividades de gestão institucional está implantada.

3- Quando a gestão institucional é razoavelmente coerente com algumas das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é de conhecimento da comunidade interna; algumas das políticas de implementação das atividades de gestão institucional estão em processo de implantação.

2- Quando a gestão institucional é pouco coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta é pouco frequente, eventual e inconstante.

1- Quando a gestão institucional é totalmente incoerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.).

F.1.2 Sistemas e recursos de informação, comunicação e recuperação de normas acadêmicas

5 - Quando existem sistemas e recursos de informação, comunicação e recuperação de normas acadêmicas em excelente funcionamento; práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa, o que pode ser constatado por:

- Mecanismos definidos para coleta, sistematização e divulgação da informação;
- Mecanismos de garantia e precisão na divulgação da informação e sua periodicidade (Portal, jornal, mural, intranet...);
- Utilização de serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação, como intranet e internet, como mecanismos para garantir que a informação favoreça a articulação entre as distintas áreas da instituição e colaborem com a tomada de decisões;
- Procedimentos estabelecidos para arquivar e recuperar as normas acadêmicas, atas dos órgãos colegiados, portarias ministeriais relativas a atos normativos da instituição e pareceres de comissões externas.

	<p>4- Quando existem sistemas e recursos de informação, comunicação e recuperação de normas acadêmicas em bom funcionamento; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade externa; denota práticas institucionalizadas e difundidas.</p> <p>3- Quando existem sistemas e recursos de informação, comunicação e recuperação de normas acadêmicas funcionando de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade externa; as práticas encontram-se em via de institucionalização.</p> <p>2- Quando existem sistemas e recursos de informação, comunicação e recuperação de normas acadêmicas com funcionamento eventual ou acidental; pouco frequentes; inconstantes; baixa conexão com atores acadêmicos e com o entorno.</p> <p>1- Quando não existem sistemas e recursos de informação, comunicação e recuperação de normas acadêmicas.</p>
--	---

F.2. Estrutura de Órgãos Colegiados

Indicadores	Critérios
<p>F.2.1. Funcionamento, representação e autonomia do Conselho Superior ou equivalente</p>	<p>5- Quando o funcionamento, representação e autonomia do Conselho Superior ou equivalente são totalmente coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as políticas de implementação do funcionamento, representação e autonomia do Conselho Superior ou equivalente estão implantadas; quando é possível verificar o cumprimento dos dispositivos regimentais e estatutários de órgãos colegiados, no que tange à sua atuação efetiva, sua composição e atribuições, critérios de indicação e recondução de seus membros e periodicidade de reuniões; quando existem critérios definidos sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A participação de docentes, discentes, funcionários, mantenedora e representantes da sociedade civil, sendo que para universidades e centros universitários, a participação de representantes da mantenedora deve estar limitada a 20% (vinte por cento) da representação total, independente do cargo e da atividade que exerçam na IES - Regularidade de funcionamento; - Grau de autonomia.

	<p>4- Quando o funcionamento, representação e autonomia do Conselho Superior ou equivalente são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas de implementação do funcionamento, representação e autonomia do Conselho Superior ou equivalente está implantada.</p> <p>3- Quando o funcionamento, representação e autonomia do Conselho Superior ou equivalente são razoavelmente coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é de conhecimento da comunidade interna; algumas das políticas de implementação do funcionamento, representação e autonomia do Conselho Superior ou equivalente estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando o funcionamento, representação e autonomia do Conselho Superior ou equivalente são pouco coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta é pouco frequente, eventual e inconstante.</p> <p>1- Quando o funcionamento, representação e autonomia do Conselho Superior ou equivalente são totalmente incoerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.).</p>
<p>F.2.2. Funcionamento, representação e autonomia do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou equivalente</p>	<p>5- Quando o funcionamento, representação e autonomia do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou equivalente são totalmente coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as políticas de implementação do funcionamento, representação e autonomia do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou equivalente estão implantadas; quando existem critérios definidos sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A participação de docentes, discentes, funcionários, mantenedora e representantes da sociedade civil, sendo que para universidades e centros universitários, a participação de representantes da mantenedora deve estar limitada a 20% (vinte por cento) da representação total, independente do cargo e da atividade que exerçam na IES - Regularidade de funcionamento;

- Grau de autonomia.

4- Quando o Funcionamento, representação e autonomia do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou equivalente são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas de implementação do Funcionamento, representação e autonomia do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou equivalente está implantada.

3- Quando o funcionamento, representação e autonomia do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou equivalente são razoavelmente coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna; algumas das políticas de implementação do Funcionamento, representação e autonomia do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou equivalente estão em processo de implantação.

2- Quando o funcionamento, representação e autonomia do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou equivalente são pouco coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta é pouco frequente, eventual e inconstante.

1- Quando o funcionamento, representação e autonomia do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou equivalente são totalmente incoerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.).

F.2.3. Funcionamento, representação e autonomia do Conselho Consultivo ou equivalente

5- Quando o funcionamento, representação e autonomia do Conselho Consultivo ou equivalente são totalmente coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as políticas de implementação do funcionamento, representação e autonomia do Conselho Consultivo ou equivalente estão implantadas; quando existem critérios definidos sobre a participação de docentes, discentes, funcionários, mantenedora e representantes da sociedade civil, devendo ser observado o seguinte:

- O Conselho Consultivo ou equivalente é órgão vinculado ao reitor, com representação majoritária da sociedade civil;

- Para universidades e centros universitários, a participação de representantes da mantenedora deve estar limitada a 20% (vinte por cento) da representação total, independente do cargo e da atividade que exerçam na IES;

- A regularidade de funcionamento;

- O grau de autonomia para trazer à instituição as demandas da sociedade que permitam a fixação de diretrizes ou para opinar sobre outros assuntos que lhe for submetido pelo reitor.

4- Quando o funcionamento, representação e autonomia do Conselho Consultivo ou equivalente são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas de implementação do Funcionamento, representação e autonomia do Conselho Consultivo ou equivalente está implantada.

3- Quando o funcionamento, representação e autonomia do Conselho Consultivo ou equivalente são razoavelmente coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna; algumas das políticas de implementação do funcionamento, representação e autonomia do Conselho Consultivo ou equivalente estão em processo de implantação.

2- Quando o funcionamento, representação e autonomia do Conselho Consultivo ou equivalente são pouco coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); quando há coerência, esta é pouco frequente, eventual e inconstante.

1- Quando o funcionamento, representação e autonomia do Conselho Consultivo ou equivalente são totalmente incoerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.).

Dimensão G - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação

Grupos de Indicadores

G.1 Instalações gerais: espaço físico

G.2 Instalações gerais: equipamentos

G.3 Instalações gerais: serviços

G.4 Biblioteca: espaço físico e acervo

G.5 Biblioteca: serviços

G.6 Laboratórios e Instalações específicas: espaço físico, equipamentos e serviços

G.1 – Instalações Gerais: espaço físico

Indicadores	Critérios
G.1.1 Instalações Gerais	<p>5- Quando todas as instalações para o ensino são adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as instalações para o ensino atendem aos adequados requisitos de dimensão para o número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza.</p> <p>4- Quando a maioria das instalações para o ensino é adequada para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das instalações para o ensino atende aos adequados requisitos de dimensão para o número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza.</p> <p>3- Quando algumas das instalações para o ensino são razoavelmente adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há adequação, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é de conhecimento da comunidade interna; algumas das instalações para o ensino atendem aos adequados requisitos de dimensão para o número de usuários, acústica, iluminação, ventilação mobiliário e limpeza.</p> <p>2- Quando as instalações gerais são pouco adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p> <p>1- Quando as instalações gerais são totalmente inadequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p>

G.1.2 Instalações acadêmico administrativas (direção, coordenação, docentes, secretaria, tesouraria, etc.)

5- Quando todas as Instalações acadêmico administrativas (direção, coordenação, docentes, secretaria, tesouraria, etc.) são adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as Instalações acadêmico administrativas (direção, coordenação, docentes, secretaria, tesouraria, etc.) atendem aos adequados requisitos de dimensão para o número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza; quando a IES conta com instalações para coordenadores de cursos/chefes de departamento e docentes da graduação e da pós-graduação, como salas de professores e de reuniões, gabinetes individuais de trabalho para coordenadores/chefes de departamento e professores em regime de tempo integral; quando a IES conta com instalações adequadas ao pleno desenvolvimento das atividades administrativas como Secretaria, Tesouraria, Direção, Salas de Reuniões, Almoarifado, Protocolo e outros espaços de atendimento à comunidade acadêmica.

4- Quando a maioria das Instalações acadêmico administrativas (direção, coordenação, docentes, secretaria, tesouraria, etc.) é adequada para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das Instalações acadêmico administrativas (direção, coordenação, docentes, secretaria, tesouraria, etc.) atende aos adequados requisitos de dimensão para o número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza.

3- Quando algumas das Instalações acadêmico administrativas (direção, coordenação, docentes, secretaria, tesouraria, etc.) são razoavelmente adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há adequação, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é de conhecimento da comunidade interna; algumas das Instalações acadêmico administrativas (direção, coordenação, docentes, secretaria, tesouraria, etc.) atendem aos adequados requisitos de dimensão para o número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza.

2- Quando das Instalações acadêmico

	<p>administrativas (direção, coordenação, docentes, secretaria, tesouraria, etc.) são pouco adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p> <p>1- Quando as Instalações acadêmico administrativas (direção, coordenação, docentes, secretaria, tesouraria, etc.) são totalmente inadequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p>
G.1.3 Condições de acesso para portadores de necessidades especiais	<p>5- Quando todas as Instalações são adequadas às condições de acesso para portadores de necessidades especiais; essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as Instalações contam com rampas com inclinação adequada, ou elevadores com espaço suficiente para cadeiras de rodas, instalações sanitárias apropriadas e vagas especiais de estacionamento, de acordo com as exigências legais.</p> <p>4- Quando a maioria das Instalações é adequada às condições de acesso para portadores de necessidades especiais; essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das Instalações conta com rampas com inclinação adequada, ou elevadores com espaço suficiente para cadeiras de rodas, instalações sanitárias apropriadas e vagas especiais de estacionamento, de acordo com as exigências legais.</p> <p>3- Quando algumas das Instalações são razoavelmente adequadas às condições de acesso para portadores de necessidades especiais; quando há adequação, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é de conhecimento da comunidade interna; algumas das Instalações contam com rampas com inclinação adequada, ou elevadores com espaço suficiente para cadeiras de rodas, instalações sanitárias apropriadas e vagas especiais de estacionamento, de acordo com as exigências legais.</p> <p>2- Quando as Instalações são pouco adequadas às condições de acesso para portadores de necessidades especiais.</p> <p>1- Quando as Instalações da IES são totalmente inadequadas às condições de acesso para portadores de necessidades especiais.</p>

G.2 Instalações gerais: equipamentos

Indicadores	Critérios
G.2.1 Acesso a equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia, internet e intranet	<p>5- Quando o acesso a equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia, internet e intranet são adequados para a implementação de todas as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) que necessitam desses recursos; essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro; existem nos espaços destinados aos coordenadores/chefes de departamento e professores, equipamentos de informática devidamente atualizados, com acesso à internet, em número suficiente ao pleno desenvolvimento de suas atividades; existem na IES laboratórios destinados aos alunos com equipamentos de informática devidamente atualizados, com acesso à internet, em número suficiente ao pleno desenvolvimento de suas atividades; a IES conta com recursos audiovisuais e de multimídia, em número suficiente para atender as necessidades dos docentes no desenvolvimento de suas atividades; existe na IES rede de comunicação (Internet e Intranet) com porte compatível com as dimensões da comunidade acadêmica e as atividades administrativas e acadêmicas desenvolvidas.</p> <p>4- Quando o acesso a equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia, internet e intranet são adequados para a implementação da maioria das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) que necessitam desses recursos; essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna.</p> <p>3- Quando o acesso a equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia, internet e intranet são razoavelmente adequados para a implementação de algumas políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) que necessitam desses recursos; quando há adequação, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é de conhecimento da comunidade interna.</p> <p>2- Quando o acesso a equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia, internet e intranet são pouco adequados para a implementação de algumas políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p> <p>1- Quando o acesso a equipamentos de informática,</p>

	recursos audiovisuais, multimídia, internet e intranet são totalmente inadequados para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).
G.2.2 Plano de expansão e atualização dos softwares e equipamentos	<p>5- Quando o Plano de expansão e atualização dos <i>softwares</i> e equipamentos é totalmente coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro; todas as políticas de implementação do Plano de expansão e atualização dos <i>softwares</i> e equipamentos estão implantadas.</p> <p>4- Quando o Plano de expansão e atualização dos <i>softwares</i> e equipamentos é coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas de implementação do Plano de expansão e atualização dos <i>softwares</i> e equipamentos está implantada.</p> <p>3- Quando o Plano de expansão e atualização dos <i>softwares</i> e equipamentos é razoavelmente coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPCs, etc.); quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é do conhecimento da comunidade interna; algumas das políticas de implementação do Plano de expansão e atualização dos <i>softwares</i> e equipamentos estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando o Plano de expansão e atualização dos <i>softwares</i> e equipamentos é pouco coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há coerência, esta é pouco frequente, eventual e inconstante.</p> <p>1- Quando não existe Plano de expansão e atualização dos <i>softwares</i> e equipamentos, ou quando existe e é totalmente incoerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p>

G.3 Instalações gerais: serviços

Indicadores	Critérios
G.3.1 Manutenção e conservação das instalações físicas	5- Quando existe Plano de Manutenção e conservação das instalações físicas em excelente funcionamento; práticas consolidadas e

	<p>institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos gestores internos e visível para a comunidade externa; quando existe na IES serviço próprio e/ou terceirizado para a constante manutenção e conservação das instalações físicas.</p> <p>4- Quando existe Plano de Manutenção e conservação das instalações físicas em bom funcionamento; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos gestores acadêmicos; é de conhecimento da comunidade interna; denota práticas institucionalizadas e difundidas.</p> <p>3- Quando existe Plano de Manutenção e conservação das instalações físicas funcionando de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é de conhecimento da comunidade interna; as práticas encontram-se em via de institucionalização.</p> <p>2- Quando existe Plano de Manutenção e conservação das instalações físicas com funcionamento eventual ou acidental.</p> <p>1- Quando não existe Plano de Manutenção e conservação das instalações físicas.</p>
<p>G.3.2 Manutenção e conservação dos equipamentos</p>	<p>5 - Quando existe Plano de Manutenção e conservação dos equipamentos em excelente funcionamento, que assegura a manutenção preventiva e corretiva; existência de práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; política institucional assumida pelos gestores internos e visível para a comunidade externa; quando existe na IES serviço próprio e/ou terceirizado para a constante Manutenção e conservação dos equipamentos.</p> <p>4- Quando existe Plano de Manutenção e conservação dos equipamentos em bom funcionamento; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos gestores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade interna; denota práticas institucionalizadas e difundidas.</p> <p>3- Quando existe Plano de Manutenção e conservação dos equipamentos funcionando de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é de conhecimento da comunidade interna; as práticas encontram-se em via de institucionalização.</p>

	<p>2- Quando existe Plano de Manutenção e conservação dos equipamentos com funcionamento eventual ou acidental.</p> <p>1- Quando não existe Plano de Manutenção e conservação dos equipamentos</p>
<p>G.3.3 Apoio logístico para as atividades acadêmicas</p>	<p>5- Quando o apoio logístico para as atividades acadêmicas é totalmente coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro; todas as políticas de implementação do Apoio logístico para as atividades acadêmicas estão implantadas; existe na IES serviço de apoio logístico para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reserva e distribuição de equipamentos de informática, audiovisuais e multimídia; ▪ Organização e reprodução de materiais didáticos; transporte para as atividades de campo. <p>4- Quando o apoio logístico para as atividades acadêmicas é coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas de implementação do Apoio logístico para as atividades acadêmicas está implantada.</p> <p>3- Quando o apoio logístico para as atividades acadêmicas é razoavelmente coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é de conhecimento da comunidade interna; algumas das políticas de implementação do Apoio logístico para as atividades acadêmicas estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando o apoio logístico para as atividades acadêmicas é pouco coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há coerência, esta é pouco frequente, eventual e inconstante.</p> <p>1- Quando não existe Apoio logístico para as atividades acadêmicas.</p>

G.4 Biblioteca: espaço físico e acervo

Indicadores	Critérios
G.4.1 Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo	<p>5- Quando todas Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo são adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo atendem aos adequados requisitos de dimensão para o número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza; quando as instalações para o acervo da biblioteca atendem aos seguintes requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Condições de armazenagem de modo a assegurar a boa conservação do acervo;▪ Mobiliário e equipamentos adequados; condições de acesso por meio de catálogos informatizados disponíveis para o público, permitindo a consulta por, no mínimo, autor, título e assunto; quando a biblioteca conta com espaço e mobiliário adequados aos estudos individuais e que atendem totalmente às necessidades dos alunos e professores; quando a biblioteca conta com espaços isolados acusticamente e mobiliário adequado para estudo em grupo e que atendem totalmente às necessidades dos alunos e professores. <p>4- Quando a maioria das Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo é adequada para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo atende aos adequados requisitos de dimensão para o número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza.</p> <p>3- Quando algumas das Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo são razoavelmente adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há adequação, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é de conhecimento da comunidade interna; algumas das Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo atendem aos adequados requisitos de dimensão para o número de</p>

	<p>usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza.</p> <p>2- Quando as Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo são pouco adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p> <p>1- Quando as Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo são totalmente inadequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p>
<p>G.4.2. Informatização</p>	<p>5 - Quando existe informatização da biblioteca em excelente funcionamento; práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; quando a biblioteca conta com serviço de informatização do acervo e serviço de catalogação, controle de periódicos, reserva e empréstimo, comutação e consulta ao catálogo.</p> <p>4- Quando existe informatização da biblioteca em bom funcionamento; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade interna; denota práticas institucionalizadas e difundidas.</p> <p>3- Quando existe informatização da biblioteca funcionando de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade interna; as práticas encontram-se em via de institucionalização.</p> <p>2- Quando existe informatização da biblioteca com funcionamento precário.</p> <p>1- Quando não existe informatização da biblioteca.</p>
<p>G.4.3. Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização</p>	<p>5- Quando todas as Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização são adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização estão implantadas; quando existem na IES políticas implementadas para aquisição, conservação e atualização do acervo e que detalhem claramente, entre outros, os seguintes elementos:</p>

- Critérios definidos para a aquisição e conservação do acervo (livros, periódicos, multimeios);
- Indicadores para tomada de decisão, considerando a proposta pedagógica dos cursos e as prioridades para as bibliografias básicas e complementares; sistemática regular de aquisição.

4- Quando a maioria das Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização é adequada para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização está implantada.

3- Quando algumas das Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização são razoavelmente adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há adequação, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna; algumas das Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização estão em processo de implantação.

2- Quando as Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização são pouco adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).

1- Quando as Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização são totalmente inadequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).

G.5. Biblioteca: serviços

Indicadores	Critérios
G.5.1. Serviços (condições, abrangência e Qualidade)	<p>5- Quando todas os serviços da biblioteca (condições, abrangência e qualidade) são adequados para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização estão implantadas; quando a biblioteca possui horário de funcionamento compatível com os turnos dos cursos, inclusive aos sábados, e quando apresenta possibilidades de reserva de livros pela Internet; quando a biblioteca torna disponível:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Serviço de empréstimo domiciliar para itens do acervo, ainda que com distinções entre tipos de material e categorias de usuários, sendo obrigatória a possibilidade de empréstimo de livros, aceitando-se restrições a certos títulos, de forma justificada;▪ Acesso a serviço de cópia de documentos internamente na instituição (ainda que não no espaço físico da biblioteca);▪ Existência de serviço de empréstimo entre bibliotecas;▪ Oferta de serviço de comutação bibliográfica no país e no exterior;▪ Existência de serviço de consulta às bases de dados disponíveis diretamente na instituição, ou via acesso remoto a recursos de outras instituições;▪ Quando existe na biblioteca, orientado por um(a) bibliotecário(a), um programa de apoio aos alunos quanto à normalização dos trabalhos monográficos e o grupo de normas da ABNT para normalização de documentação. <p>4- Quando a maioria dos serviços da biblioteca (condições, abrangência e qualidade) é adequada para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria dos serviços da Biblioteca (condições, abrangência e qualidade) está em implantada.</p> <p>3- Quando alguns dos serviços da biblioteca</p>

(condições, abrangência e qualidade) são razoavelmente adequados para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há adequação, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna; alguns dos serviços da Biblioteca (condições, abrangência e qualidade) estão em processo de implantação.

2- Quando os serviços da biblioteca (condições, abrangência e qualidade) são pouco adequados para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).

1- Quando os serviços da biblioteca (condições, abrangência e qualidade) são totalmente inadequados para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).

G.5.2 Recursos Humanos

5- Quando todos os recursos humanos da biblioteca são adequados para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; quando os responsáveis pela biblioteca têm curso de biblioteconomia e os auxiliares técnicos têm, no mínimo, ensino médio, em número compatível com o número de usuários e necessidades da IES.

4- Quando a maioria dos recursos humanos da biblioteca é adequada para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna.

3- Quando alguns dos recursos humanos da biblioteca são razoavelmente adequados para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há adequação, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna.

2- Quando os recursos humanos da biblioteca são pouco adequados para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).

1- Quando os recursos humanos da biblioteca são totalmente inadequados para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).

G.6 Laboratórios e Instalações específicas: espaço físico, equipamentos e serviços

Indicadores	Critérios
G.6.1. Políticas de conservação e/ou expansão do espaço físico, normas de segurança e formas de sua operacionalização	<p>5- Quando todas políticas de conservação e/ou expansão do espaço físico, normas de segurança e formas de sua operacionalização são totalmente coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro; todas as Políticas de conservação e/ou expansão do espaço físico, normas de segurança e formas de sua operacionalização estão implantados; quando existem na IES políticas implementadas de conservação e/ou de expansão do espaço físico dos laboratórios e instalações especiais que detalhem, entre outros, os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Mecanismos existentes para a conservação do espaço físico;▪ Plano de expansão do espaço físico, de acordo com o previsto no PDI;▪ Formas de sua operacionalização; quando existem na IES normas e equipamentos de segurança para os laboratórios e instalações especiais. <p>4- Quando a maioria das políticas de conservação e/ou expansão do espaço físico, normas de segurança e formas de sua operacionalização são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das Políticas de conservação e/ou expansão do espaço físico, normas de segurança e formas de sua operacionalização estão implantados.</p> <p>3- Quando as políticas de conservação e/ou expansão do espaço físico, normas de segurança e formas de sua operacionalização são razoavelmente coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna; algumas das Políticas de conservação e/ou expansão do espaço físico, normas de segurança e formas de sua operacionalização estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando as políticas de conservação e/ou expansão</p>

	<p>do espaço físico, normas de segurança e formas de sua operacionalização são pouco coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p> <p>1- Quando não existem políticas de conservação e/ou expansão do espaço físico, normas de segurança e formas de sua operacionalização</p>
<p>G.6.2. Políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e formas de sua operacionalização</p>	<p>5- Quando todas políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e formas de sua operacionalização são totalmente coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro; todas as políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e formas de sua operacionalização estão implantadas; quando existem na IES políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos dos laboratórios e instalações especiais que detalhem os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Critérios definidos para aquisição de novos equipamentos; ▪ Mecanismos existentes para manutenção dos equipamentos; ▪ Formas de sua operacionalização. <p>4- Quando a maioria das políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e formas de sua operacionalização são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e formas de sua operacionalização estão implantadas.</p> <p>3- Quando as políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e formas de sua operacionalização são razoavelmente coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna; algumas das políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e formas de sua operacionalização estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando as políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e formas de sua</p>

	<p>operacionalização são pouco coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p> <p>1- Quando não existem políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e formas de sua operacionalização.</p>
G.6.3. Políticas de contratação e de qualificação do pessoal técnico e formas de sua operacionalização	<p>5- Quando todas as políticas de contratação e de qualificação do pessoal técnico e formas de sua operacionalização são totalmente coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro; todas as políticas de contratação e de qualificação do pessoal técnico e formas de sua operacionalização estão implantadas; quando existem na IES políticas de contratação e de qualificação de pessoal técnico para os laboratórios e instalações especiais, contemplando:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Critérios claramente definidos de admissão;▪ Critérios claramente definidos de qualificação;▪ Formas de sua operacionalização. <p>4- Quando a maioria das políticas de contratação e de qualificação do pessoal técnico e formas de sua operacionalização são coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das Políticas de contratação e de qualificação do pessoal técnico e formas de sua operacionalização estão implantadas.</p> <p>3- Quando as políticas de contratação e de qualificação do pessoal técnico e formas de sua operacionalização são razoavelmente coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna; algumas das Políticas de contratação e de qualificação do pessoal técnico e formas de sua operacionalização estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando as políticas de contratação e de qualificação do pessoal técnico e formas de sua operacionalização são pouco coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p>

1- Quando não existem políticas de contratação e de qualificação do pessoal técnico e formas de sua operacionalização.

Dimensão H - Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional

Grupos de Indicadores

H.1 Auto avaliação

H.2 Avaliações Externas

H.1 Auto avaliação

Indicadores	Critérios
H.1.1. Participação da comunidade acadêmica, divulgação e análise dos resultados	<p>5 - Quando existem participação da comunidade acadêmica, divulgação e análise dos resultados da auto avaliação de forma plenamente satisfatória; práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; quando é possível verificar a participação regular e sistemática de professores, alunos e funcionários técnico-administrativos em todas as etapas do processo de auto avaliação da IES juntamente com a CPA, ou seja, da elaboração do projeto, sua implementação e discussão dos seus resultados; quando os resultados da auto avaliação das dimensões avaliadas são compartilhadas com a comunidade acadêmica da IES, por meio de gráficos, relatórios, cartazes, vídeos, jornais, boletins internos, intranet, internet; seminários e outros eventos congêneres.</p> <p>4- Quando existem participação da comunidade acadêmica, divulgação e análise dos resultados da auto avaliação de forma adequada; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade interna; denota práticas institucionalizadas e difundidas.</p> <p>3- Quando existem participação da comunidade acadêmica, divulgação e análise dos resultados da auto avaliação de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade interna; as práticas encontram-se em via de institucionalização.</p> <p>2- Quando existem participação da comunidade acadêmica, divulgação e análise dos resultados da</p>

	<p>auto avaliação de forma eventual ou acidental.</p> <p>1- Quando não existem Participação da comunidade acadêmica, divulgação e análise dos resultados da auto avaliação</p>
H.1.2. Ações acadêmico-administrativas em função dos resultados da auto avaliação	<p>5 - Quando existem ações acadêmico administrativas em função dos resultados da auto avaliação de forma plenamente satisfatória; práticas consolidadas e institucionalizadas; há indícios claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa, conferindo identidade à IES; quando são sistematicamente incorporados os resultados da auto avaliação no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas voltadas para o desenvolvimento institucional.</p> <p>4- Quando existem ações acadêmico administrativas em função dos resultados da auto avaliação de forma adequada; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade interna; aponta coerência, pertinência e congruência entre objetivos da IES; denota práticas institucionalizadas e difundidas.</p> <p>3- Quando existem ações acadêmico administrativas em função dos resultados da auto avaliação de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade interna; denota programas e ações adequadas aos objetivos propostos pela IES; as práticas encontram-se em via de institucionalização.</p> <p>2- Quando existem ações acadêmico administrativas em função dos resultados da auto avaliação de forma eventual ou acidental.</p> <p>1- Quando não existem ações acadêmico administrativas em função dos resultados da auto avaliação.</p>

H.2 Avaliações externas

Indicadores	Critérios
H.2.1. Ações acadêmico-administrativas em função dos resultados das avaliações do MEC	5 - Quando existem ações acadêmico administrativas em função dos resultados das avaliações do MEC de forma plenamente satisfatória; práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política

institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; quando são sistematicamente incorporados os resultados das avaliações realizadas pelo MEC nos programas de graduação e de pós-graduação, no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico administrativas voltadas para o desenvolvimento institucional.

4- Quando existem ações acadêmico administrativas em função dos resultados das avaliações do MEC de forma adequada; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade interna; aponta coerência, pertinência e congruência entre objetivos da IES; denota práticas institucionalizadas e difundidas.

3- Quando existem ações acadêmico administrativas em função dos resultados das avaliações do MEC de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade interna; denota programas e ações adequadas aos objetivos propostos pela IES; as práticas encontram-se em via de institucionalização.

2- Quando existem ações acadêmico administrativas em função dos resultados das avaliações do MEC de forma eventual ou acidental.

1- Quando não existem ações acadêmico administrativas em função dos resultados das avaliações do MEC.

H.2.2. Articulação entre os resultados das avaliações externas e os da auto avaliação

5 - Quando existe articulação entre os resultados das avaliações externas e os da auto avaliação de forma plenamente satisfatória; práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; quando existem na IES estudos e ações regulares para promover a articulação entre os resultados das avaliações realizadas pelo MEC e os da auto avaliação da IES e esses resultados conduzem à reordenação ou ao aperfeiçoamento de suas ações acadêmico administrativas.

4- Quando existe articulação entre os resultados das avaliações externas e os da auto avaliação de forma adequada; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade interna; aponta coerência, pertinência e congruência entre objetivos da IES; denota práticas institucionalizadas e difundidas.

	<p>3- Quando existe articulação entre os resultados das avaliações externas e os da auto avaliação de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade interna; denota programas e ações adequadas aos objetivos propostos pela IES; as práticas encontram-se em via de institucionalização.</p> <p>2- Quando existe articulação entre os resultados das avaliações externas e os da auto avaliação de forma eventual ou acidental.</p> <p>1- Quando não existe articulação entre os resultados das avaliações externas e os da auto avaliação.</p>
--	---

Dimensão I - Políticas de atendimento aos estudantes

Grupos de Indicadores

I.1. Programa de apoio ao desenvolvimento acadêmico do discente

I.2. Condições Institucionais para os discentes

I.3 Egressos

I.1. Programa de apoio ao desenvolvimento acadêmico do discente

Indicadores	Critérios
I.1.1. Programas de apoio ao discente	<p>5- Quando os programas de apoio ao discente são totalmente coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro; todos os programas de apoio ao discente estão implantados; quando existem na IES programas sistemáticos e permanentes voltados para o acompanhamento psicopedagógico dos discentes e para oferecer aos alunos com dificuldades, subsídios para melhoria de seu desempenho que detalhem, entre outros, os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Composição da equipe com pessoal especializado, capaz de contribuir para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando sua adaptação, especialmente, os ingressantes;

- Mecanismos de oferta de orientação e encaminhamento profissional;
- Mecanismos de motivação capazes de produzir a interação efetiva entre aluno e professor, entre aluno e aluno;
- Mecanismos e ferramentas voltados para a melhoria da aprendizagem do discente (programas de nivelamento, de suficiência, de tutoria, de orientação acadêmica, entre outros);
- Condições de funcionamento adequadas e compatíveis para atendimento da população discente; formas de sua operacionalização; quando existem na IES programas de mobilidade e intercâmbio nacionais e internacionais, a partir de convênios de cooperação, com ampla divulgação e igualdade de oportunidade para os membros da população discente.

4- Quando a maioria dos programas de apoio ao discente é coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria dos programas de apoio ao discente está implantada.

3- Quando os programas de apoio ao discente são razoavelmente coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna; alguns dos programas de apoio ao discente estão em processo de implantação.

2- Quando os programas de apoio ao discente são pouco coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).

1- Quando não existem programas de apoio ao discente.

I.1.2. Realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos

5 - Quando existe realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos de forma plenamente satisfatória; as práticas encontram-se consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; quando existe uma programação sistemática para a realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos que detalhe os mecanismos existentes para a sua promoção.

	<p>4- Quando existe realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos de forma adequada; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade interna; aponta coerência, pertinência e congruência entre objetivos da IES; denota práticas institucionalizadas e difundidas.</p> <p>3- Quando existe realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é acessível à comunidade interna; denota programas e ações adequadas aos objetivos propostos pela IES; as práticas encontram-se em via de institucionalização.</p> <p>2- Quando existe realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos de forma eventual ou acidental.</p> <p>1- Quando não existe realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos.</p>
--	---

I.2. Condições Institucionais para os discentes

Indicadores	Critérios
<p>I.2.1. Facilidade de acesso aos dados e registros acadêmicos</p>	<p>5 - Quando existe facilidade de acesso aos dados e registros acadêmicos de forma plenamente satisfatória; as práticas encontram-se consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; quando o aluno consegue acesso ágil no sistema de registro acadêmico para efetivação das matrículas, transferência de turma e de turno, provas substitutivas (quando for o caso), trancamento de matrículas e retorno, solicitação de informações e requerimento de documentos estudantis, bem como acesso ao manual do aluno e ao projeto pedagógico do curso.</p> <p>4- Quando existe facilidade de acesso aos dados e registros acadêmicos de forma adequada; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade interna; aponta coerência, pertinência e congruência entre objetivos da IES; denota práticas institucionalizadas e difundidas.</p>

	<p>3- Quando existe facilidade de acesso aos dados e registros acadêmicos de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade interna; denota programas e ações adequadas aos objetivos propostos pela IES; as práticas encontram-se em via de institucionalização.</p> <p>2- Quando existe facilidade de acesso aos dados e registros acadêmicos de forma precária.</p> <p>1- Quando não existe facilidade de acesso aos dados e registros acadêmicos.</p>
<p>I.2.2. Apoio à participação em eventos, divulgação de trabalhos e produção discente</p>	<p>5 - Quando existe apoio à participação em eventos, divulgação de trabalhos e produção discente de forma plenamente satisfatória; as práticas encontram-se consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; quando existe apoio institucional à participação dos alunos em eventos, caracterizado por:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Funcionamento sistemático, permanente e efetivo; ▪ Critérios definidos para a participação em eventos científicos e acadêmicos locais, regionais, nacionais e estrangeiros; formas de sua operacionalização; quando existem na IES mecanismos definidos para difundir a produção científica/tecnológica dos discentes; ▪ Revistas e jornais acadêmicos que possuam espaço para a publicação discente; realização sistemática de seminários e outros eventos científicos com espaço para a apresentação da produção discente. <p>4- Quando existe apoio à participação em eventos, divulgação de trabalhos e produção discente de forma adequada; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade interna; aponta coerência, pertinência e congruência entre objetivos da IES; denota práticas institucionalizadas e difundidas.</p> <p>3- Quando existe apoio à participação em eventos, divulgação de trabalhos e produção discente de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade interna; denota programas e ações adequadas aos objetivos propostos pela IES; práticas em via de institucionalização.</p>

	<p>2- Quando existe apoio à participação em eventos, divulgação de trabalhos e produção discente de forma eventual ou acidental.</p> <p>1- Quando não existe apoio à participação em eventos, divulgação de trabalhos e produção discente.</p>
<p>I.2.3. Bolsas acadêmicas</p>	<p>5 - Quando existem bolsas acadêmicas destinadas aos alunos de forma plenamente satisfatória; práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; quando existem mecanismos sistemáticos de desconto integral ou parcial concedido ao aluno pela instituição no pagamento da anuidade ou mensalidade; quando existem mecanismos sistemáticos de remuneração mensal conferida ao aluno, com o objetivo de promover seu desenvolvimento acadêmico, integrando-o, sob a orientação de um professor, às atividades de ensino, pesquisa ou iniciação científica e extensão:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitoria; ▪ Bolsa de pesquisa ou de iniciação científica; bolsa de extensão; bolsa PET e PIBIC, quando for o caso. <p>4- Quando existem bolsas acadêmicas destinadas aos alunos de forma adequada; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade interna; aponta coerência, pertinência e congruência entre objetivos da IES; denota práticas institucionalizadas e difundidas.</p> <p>3- Quando existem bolsas acadêmicas destinadas aos alunos de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade interna; denota programas e ações adequadas aos objetivos propostos pela IES; as práticas encontram-se em via de institucionalização.</p> <p>2- Quando existem bolsas acadêmicas destinadas aos alunos de forma eventual ou acidental.</p> <p>1- Quando não existem bolsas acadêmicas destinadas aos alunos.</p>
<p>I.2.4 Apoio e incentivo à organização dos estudantes</p>	<p>5 - Quando existem apoio e incentivo à organização dos estudantes de forma plenamente satisfatória; as práticas encontram-se consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação</p>

direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; quando existem apoio e incentivo à organização dos estudantes em Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos, o que pode ser constatado por meio de:

- Respeito às normas, fins e meios das associações em funcionamento;
- Nível de participação dos estudantes nas associações existentes;
- Mecanismos de relacionamento entre os dirigentes e os órgãos de gestão com as associações de estudantes, dentre os quais a representatividade em órgãos colegiados de acordo com as normas e regulamentos institucionais.

4- Quando existem apoio e incentivo à organização dos estudantes de forma adequada; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade interna; aponta coerência, pertinência e congruência entre objetivos da IES; denota práticas institucionalizadas e difundidas.

3- Quando existem apoio e incentivo à organização dos estudantes de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade interna; denota programas e ações adequadas aos objetivos propostos pela IES; as práticas encontram-se em via de institucionalização.

2- Quando existem apoio e incentivo à organização dos estudantes de forma eventual ou acidental.

1- Quando não existem apoio e incentivo à organização dos estudantes.

I.3 Egressos

Indicadores	Critérios
I.3.1. Política de acompanhamento do egresso	<p>5 - Quando existe política de acompanhamento do egresso de forma plenamente satisfatória; práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos de adequação dos currículos que contemple:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Mecanismos para a criação de uma base de dados, com informações atualizadas dos egressos;▪ Mecanismos para a promoção de um relacionamento contínuo entre a instituição e

	<p>seus egressos;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mecanismos para avaliar a adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho; ▪ Mecanismos de utilização das opiniões dos egressos para aperfeiçoamento do processo de formação. <p>4- Quando existe política de acompanhamento do egresso de forma adequada; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade interna; aponta coerência, pertinência e congruência entre objetivos da IES; denota práticas institucionalizadas e difundidas.</p> <p>3- Quando existe política de acompanhamento do egresso de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade interna; denota programas e ações adequadas aos objetivos propostos pela IES; as práticas encontram-se em via de institucionalização.</p> <p>2- Quando existe política de acompanhamento do egresso de forma eventual ou acidental.</p> <p>1- Quando não existe política de acompanhamento do egresso.</p>
<p>I.3.2. Programas de educação continuada voltados para o egresso</p>	<p>5 - Quando existem programas de educação continuada voltados para o egresso de forma plenamente satisfatória; as práticas encontram-se consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; quando existem na IES programas voltados para a constante atualização do egresso caracterizados por:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de seminários e outros eventos congêneres; realização de cursos de curta duração ou de especialização, elaborados de acordo com os interesses profissionais dos egressos. <p>4- Quando existem programas de educação continuada voltados para o egresso de forma adequada; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, é de conhecimento da comunidade interna; aponta coerência, pertinência e congruência entre objetivos da IES; denota práticas institucionalizadas e difundidas.</p> <p>3- Quando existem programas de educação</p>

	<p>continuada voltados para o egresso de forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade interna; denota programas e ações adequadas aos objetivos propostos pela IES; as práticas encontram-se em via de institucionalização.</p> <p>2- Quando existem programas de educação continuada voltados para o egresso de forma eventual ou acidental.</p> <p>1- Quando não existem programas de educação continuada voltados para o egresso.</p>
--	--

Dimensão J - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior

Grupos de Indicadores

J.1 Captação e alocação de recursos

J.2 Aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão

J.1 – Captação e alocação de recursos

Indicadores	Critérios
<p>J.1.1 Compatibilidade entre a proposta de desenvolvimento da IES e o orçamento previsto</p>	<p>5- Quando a proposta orçamentária é totalmente coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); e possibilita a execução de todas as propostas de desenvolvimento da IES); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro; todas as propostas de desenvolvimento da IES estão implantadas.</p> <p>4- Quando a proposta orçamentária é coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); e possibilita a execução da maioria das propostas de desenvolvimento da IES; essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das propostas de desenvolvimento da IES está implantada.</p> <p>3- Quando a proposta orçamentária é razoavelmente coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); e possibilita a execução parcial da proposta de desenvolvimento da IES; quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação;</p>

	<p>acessível ao conhecimento da comunidade interna; algumas das propostas de desenvolvimento da IES estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando a proposta orçamentária é pouco coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.), dificultando a execução da proposta de desenvolvimento da IES.</p> <p>1- Quando a proposta orçamentária é incoerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); e não possibilita a execução da proposta de desenvolvimento da IES.</p>
J.1.2 Alocação de recursos para manutenção das instalações e atualização de equipamentos e materiais	<p>5- Quando a alocação de recursos para manutenção das instalações e atualização de equipamentos e materiais é totalmente coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); há muitas dotações e rubricas designadas para cada item de dispêndio no orçamento o que possibilita a execução de todas as propostas de desenvolvimento da IES); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro; todas as propostas de desenvolvimento da IES estão implantadas.</p> <p>4- Quando a alocação de recursos para manutenção das instalações e atualização de equipamentos e materiais é coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); há muitas dotações e rubricas designadas para cada item de dispêndio no orçamento o que possibilita a execução da maioria das propostas de desenvolvimento da IES; essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das propostas de desenvolvimento da IES está implantada.</p> <p>3- Quando a alocação de recursos para manutenção das instalações e atualização de equipamentos e materiais é razoavelmente coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); e há algumas dotações e rubricas designadas para cada item de dispêndio no orçamento; quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é acessível ao conhecimento da comunidade interna.</p> <p>2- Quando a alocação de recursos para manutenção das instalações e atualização de equipamentos e materiais é pouco coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI,</p>

	<p>PPI, PPC, etc.); e há poucas dotações e rubricas designadas para cada item de dispêndio no orçamento.</p> <p>1- Quando a alocação de recursos para manutenção das instalações e atualização de equipamentos e materiais é incoerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.), não havendo dotações e rubricas designadas para cada item de dispêndio no orçamento.</p>
<p>J.1.3 Alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico administrativo</p>	<p>5- Quando a alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico administrativo é totalmente coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); há muitas dotações e rubricas designadas para cada item de dispêndio no orçamento o que possibilita a execução de todas as propostas de capacitação de recursos humanos; essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro; todas as propostas de capacitação de recursos humanos estão implantadas.</p> <p>4- Quando a alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico administrativo é coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); há muitas dotações e rubricas designadas para cada item de dispêndio no orçamento o que possibilita a execução da maioria das propostas de capacitação de recursos humanos; essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das propostas de capacitação de recursos humanos está implantada.</p> <p>3- Quando a alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico administrativo é razoavelmente coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) e há algumas dotações e rubricas designadas para cada item de dispêndio no orçamento; quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é acessível ao conhecimento da comunidade interna.</p> <p>2- Quando a alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico administrativo é pouco coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) e há poucas dotações e rubricas designadas para cada item de dispêndio no orçamento.</p> <p>1- Quando a alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico administrativo é</p>

incoerente com as políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.), não havendo dotações e rubricas designadas para cada item de dispêndio no orçamento.

J.2 Aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão

Indicadores	Critérios
J.2.1 Compatibilidade entre o ensino e as verbas e os recursos disponíveis	<p>5- Quando a proposta orçamentária é totalmente coerente com as políticas de ensino constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) e possibilita a execução de todas as propostas de ensino da IES); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro; todas as propostas de ensino da IES estão implantadas; quando é verificada a compatibilidade entre as demandas para a realização das atividades de ensino e as verbas disponíveis para tal fim, dentro de uma ótica racionalizada e otimizada de utilização de recursos.</p> <p>4- Quando a proposta orçamentária é coerente com as políticas de ensino constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) e possibilita a execução da maioria das propostas de ensino da IES; essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das propostas de ensino da IES está implantada.</p> <p>3- Quando a proposta orçamentária é razoavelmente coerente com as políticas de ensino constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) e possibilita parcialmente a execução das propostas de ensino da IES; quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é acessível ao conhecimento da comunidade interna; algumas das propostas de ensino da IES estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando a proposta orçamentária é pouco coerente com as políticas de ensino constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) e pouco possibilita a execução das propostas de ensino da IES.</p> <p>1- Quando a proposta orçamentária é incoerente com as políticas de ensino constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) e não possibilita a execução das propostas de ensino</p>

<p>J.2.2 Compatibilidade entre a pesquisa e as verbas e recursos disponíveis</p>	<p>da IES.</p> <p>5- Quando a proposta orçamentária é totalmente coerente com as políticas de pesquisa constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) e possibilita a execução de todas as propostas de pesquisa da IES); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro; todas as propostas de pesquisa da IES estão implantadas; quando é verificada a compatibilidade entre as demandas para a realização das atividades de pesquisa e as verbas disponíveis para tal fim, dentro de uma ótica racionalizada e otimizada de utilização de recursos.</p> <p>4- Quando a proposta orçamentária é coerente com as políticas de pesquisa constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) e possibilita a execução da maioria das propostas de pesquisa da IES; essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das propostas de pesquisa da IES está implantada.</p> <p>3- Quando a proposta orçamentária é razoavelmente coerente com as políticas de pesquisa constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) e possibilita a execução parcial das propostas de pesquisa da IES; quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna; algumas das propostas de pesquisa da IES estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando a proposta orçamentária é pouco coerente com as políticas de pesquisa constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) e pouco possibilita a execução das propostas de pesquisa da IES.</p> <p>1- Quando a proposta orçamentária é incoerente com as políticas de pesquisa constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) e não possibilita a execução das propostas de pesquisa da IES.</p>
<p>J.2.3 Compatibilidade entre a extensão e as verbas e recursos disponíveis</p>	<p>5- Quando a proposta orçamentária é totalmente coerente com as políticas de extensão constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) e possibilita a execução de todas as propostas de extensão da IES); essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro; todas as propostas de extensão da</p>

IES estão implantadas; quando é verificada a compatibilidade entre as demandas para a realização das atividades de extensão e as verbas disponíveis para tal fim, dentro de uma ótica racionalizada e otimizada de utilização de recursos.

4- Quando a proposta orçamentária é coerente com as políticas de extensão constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) e possibilita a execução da maioria das propostas de extensão da IES; essa coerência resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das propostas de extensão da IES está implantada.

3- Quando a proposta orçamentária é razoavelmente coerente com as políticas de extensão constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) e possibilita a execução parcial das propostas de extensão da IES; quando há coerência, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é acessível ao conhecimento da comunidade interna; algumas das propostas de extensão da IES estão em processo de implantação.

2- Quando a proposta orçamentária é pouco coerente com as políticas de extensão constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) e pouco possibilita a execução das propostas de extensão da IES.

1- Quando a proposta orçamentária é incoerente com as políticas de extensão constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.) e não possibilita a execução das propostas de extensão da IES.